



346

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0320769-6

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procuradora: Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz

EMBARGADO: Antônio Simão dos Santos Figueira Filho

Advogado: Dr. Carlos Alberto Pinto Neto

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - DIREITO HUMANO A SAÚDE - RIFAXIMA(XIFOXAN) - EMBARGOS NÃO PROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos. Isso porque, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso. Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado por Este Tribunal de Justiça(súmula nº 18)

3 - Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

4 - Recurso improvido, decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0320769-6, em que figura como embargante Estado de Pernambuco e como embargado Antônio Simão dos Santos Figueira Filho. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 22/05/14, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, negando-lhes provimento, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 22/05/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator



148

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0320769-6

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procuradora: Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz

EMBARGADO: Antônio Simão dos Santos Figueira Filho

Advogado: Dr. Carlos Alberto Pinto Neto

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de Instrumento que, sob a ótica do embargante, incorreu em omissão, ao dar provimento ao instrumentalizado, para determinar que o Estado de Pernambuco forneça o medicamento RIFAXIMA(XIFOXAN) 550mg, conforme prescrição médica, nos termos da liminar deferida às fls. 42/43.

O embargante opôs os presentes aclaratórios, alegando – resumidamente – em suas razões, que o acórdão embargado incorreu em omissão, pois deixou de se manifestar acerca das vedações contidas nos arts. 10, 12, 16 e 18 da Lei nº 6360/76 e art. 19-T, II da Lei nº 8.080/90 – com alteração conferida pela Lei nº 12.401/11, bem como §5º, do art. 8º da Lei nº 9782/99.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão no julgado e prequestionar a matéria versada.

Recife,

22/05/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



149

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0320769-6

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procuradora: Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz

EMBARGADO: Antônio Simão dos Santos Figueira Filho

Advogado: Dr. Carlos Alberto Pinto Neto

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de Instrumento que, sob a sua ótica, incorreu em omissão, ao dar provimento ao instrumentalizado, para determinar que o Estado de Pernambuco forneça o medicamento RIFAXIMA(XIFOXAN) 550mg, conforme prescrição médica, nos termos da liminar deferida às fls. 42/43.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos. Isso porque, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Ademais, tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos a sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Sob tais argumentos, conheço os presentes aclaratórios para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 10, 12, 16 e 18 da Lei nº 6360/76 e art. 19-T, II da Lei nº 8.080/90 – com alteração conferida pela Lei nº 12.401/11, bem como §5º, do art. 8º da Lei nº 9782/99, porém, cuido em negar provimento pelos fundamentos aduzidos.

É como voto.

Recife,

22/05/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator